

## As políticas institucionais das configurações interdisciplinares dos conhecimentos: repercussões nas políticas de informação e nas práticas de avaliação [\*]

*Institutional policies of interdisciplinary configurations of knowledge: effects on information policies and evaluation practices*

por [Maria Nélide González de Gómez](#) e [Evelyn Goyannes Dill Orrico](#)

**Resumo:** Este artigo enfoca os aspectos avaliativos de cursos que têm, na interdisciplinaridade, seu objeto de estudo e seus arcabouços teórico-metodológicos. Para tal estudo, foram consideradas as perspectivas de análise acerca das relações entre a produção de conhecimentos e de informação, tendo em conta duas dimensões: a perspectiva de uma política epistemológica institucional e os aspectos identitários que envolvem os profissionais das áreas de produção do conhecimento. O reconhecimento do desempenho das práticas interdisciplinares, bem como a identificação e a avaliação dessas práticas, sofre interferência direta dos processos que ao longo do tempo constituíram as práticas unidisciplinares.

**Palavras-chave:** Interdisciplinaridade; Política institucional; Política informacional; Identidade; Produção do conhecimento; Avaliação.

**Abstract:** The present article focuses on the evaluative aspects of courses whose object of study and theoretical-methodological frameworks lie in interdisciplinarity. This study has considered analysis perspectives on the relations between knowledge production and information production, taking two dimensions into account: the perspective of an institutional epistemological policy and identity aspects involving the professionals in knowledge-production areas. The recognition of the performance of interdisciplinary practices, as well as the identification and evaluation of such practices, is subject to the direct interference of the processes that have constituted unidisciplinary practices along time.

**Keywords:** Interdisciplinarity; Institutional policy; Informational policy; Identity; Knowledge production; Evaluation.

### Introdução

Pensar em interdisciplinaridade leva-nos a perceber que esse tema tem sido abordado em diferentes momentos e sob diversos ângulos nas últimas décadas. Essa percepção nos poderia indicar que, ultrapassando os limites da reflexão teórico-epistemológica, nos defrontamos com um *fatum* de alcance institucional, de política científica e educacional, com subsequente reflexos na avaliação, aspecto inerente ao campo científico.

Com esse alcance e dimensão a questão interdisciplinar seria aqui compreendida a partir de sua inserção em contextos decisórios e avaliativos. Consideramos neste trabalho perspectivas de análise acerca das relações entre a produção de conhecimentos e de informação, tendo em conta duas dimensões: a perspectiva de uma política epistemológica institucional e os aspectos identitários que envolvem os profissionais das áreas de produção do conhecimento.

Há que se admitir que a prática avaliativa é ilustrativa da política epistemológica institucional vigente, e seus ditames nem sempre são explicitados no âmbito do discurso acadêmico.

A perspectiva institucional, por sua vez, teria como ponto de partida as configurações disciplinares dos conhecimentos, que são as que têm organizadas as atividades institucionais de ensino e pesquisa ao menos durante os últimos dois séculos. O entendimento crítico dessas políticas epistemológicas institucionais, com seus pontos de partida disciplinares, frente às

crescentes demandas "factuais" do exercício da interdisciplinaridade, seguiria, enfim, o rumo clássico do confronto entre proposta ou forma e desempenho.

No que concerne ao reconhecimento do desempenho das práticas **interdisciplinares**, ressaltamos que a identificação e a avaliação dessas práticas sofrem interferência direta dos processos que ao longo do tempo constituíram as práticas **unidisciplinares**.

A interdisciplinaridade, entendida aqui de modo geral como o exercício transversal da racionalidade (perpassando não só as fronteiras das disciplinas quanto as das atividades setoriais, no escopo e abrangência da produção e transmissão do conhecimento científico) emerge hoje não só como um projeto, uma forma da vontade de saber, mas como um fatum que passa a ser de consideração iniludível nos fóruns acadêmicos, administrativos e políticos da ciência e da tecnologia e da educação – em todos os seus níveis.

Num olhar inicial, o tema da interdisciplinaridade pareceria remeter a uma reiterada e tardia busca da unidade da ciência, seja esta uma unidade idealizada, perdida ou ainda nunca alcançada. Uma tal introdução às questões da poli, inter e transdisciplinaridade, porém, poderia não ser a mais esclarecedora. Talvez fosse interessante pensar, a propósito de ponto de partida, não em alguma unidade - histórica, arqueológica ou transcendental-, mas em uma heterogeneidade de experiências singulares e saberes locais, situados, práticos, instrumentais, que passariam na modernidade por processos ordenadores de normalização e classificação.

O desenvolvimento do empreendimento científico e a diferenciação das esferas administrativas da ciência, foram gerando e reformulando o enquadramento institucional das práticas de produção do conhecimento científico, dando lugar a agências que por seu escopo e cobertura abrangem, em princípio, toda e qualquer manifestação do conhecimento humano que possa ser reconhecida e aceita como do âmbito científico, conforme seus fins e seus critérios de definição e de inclusão. Chamamos a essas agências, "agências universais", na medida em que, com essa extensão, assumem uma posição de promoção e julgamento dos saberes, de quem sabe e da excelência do saber, e que exercem esse julgamento em contextos promocionais e decisórios de avaliação comparativa. Consideramos que seriam "agências universais" os Conselhos de Pesquisa dos países, os conselhos universitários, as fundações de apoio à pesquisa de alcance estadual e municipal; as agências intergovernamentais e cooperativas, como a OECD, UNESCO, o Banco Mundial; os sistemas de "referee" de periódicos como o Nature ou o Science.

Uma reflexão sobre as políticas epistemológicas institucionais, e o conseqüente processo de avaliação por elas impetrado, visaria a problematizar a "universalização de fato" dos critérios de excelência científica nos fóruns das agências universais.

Olhar a Ciência como resultado de práticas plurais e heterogêneas e sob a expectativa de sua orientação finalística, significaria de fato buscar uma fórmula de racionalidade e um plano de integração de atores, práticas e produtos em relação aos fins preestabelecidos, sem o qual ficaria ameaçada não só a "governabilidade" da Ciência, mas também seu desempenho e eficácia.

A solução encaminhada pelo *establishment* de ciência e tecnologia, no pós-guerra, seria o desenvolvimento de uma "inteligência científica": uma "racionalidade" unificadora do conjunto da produção científica, que já não seria uma racionalidade interna dos produtores dos conhecimentos, mas a própria racionalidade de um observador externo privilegiado, capaz de uma visão integradora e abrangente de seus atores, práticas e produtos, a partir de dados e indicadores[1].

A "inteligência científica" assentava sua potência de racionalização da ciência numa

competência de racionalização instrumental das condições de controle, acesso e uso da informação científico-tecnológica, estando ou não nas mãos das agências gestoras a possibilidade de intervenção e redefinição imediata das agendas e modalidades da pesquisa. (GONZALEZ DE GÓMEZ, 2003).

A "literatura científica" e as Bases de Dados Referenciais (que oferecem uma representação seletiva, sintética e organizada dos conteúdos temáticos dessa literatura, além de informações cadastrais sobre seus produtores), permitiriam traçar e até antecipar relações entre conhecimentos, instituições e cientistas ainda não visíveis ao olhar singular de um pesquisador ou de um gestor organizacional. A informação sobre a informação, ou meta- informação, oferecia um plano externo sobre o qual seria possível planejar a integração administrativa de atores, práticas e produtos, integração esta que seria capaz de restabelecer a "governabilidade" da Ciência fora do campo das práticas em que os próprios pesquisadores exercem suas competências e suas escolhas intelectuais e profissionais.

O plano da política e gestão da informação científico-tecnológica – e sua produção de conhecimentos e soluções – ficaria assim geminado aos programas de política científico-tecnológica, sendo que esse enfeixamento de perspectivas e ações teria como ponto de engate o plano de mediação tecnológico-representacional das informações, plano de integração exteriorizada de atores, programas, inscrições documentárias, conhecimentos e recursos, em sua definição administrativa (Gonzalez de Gómez, 2003).

Esta reconstrução exteriorizada e organizacional da produção científica introduz um novo deslocamento desse "meta-ponto de vista" pela passagem ou conjugação das políticas epistemológicas institucionais que acabam por determinar e reproduzir os padrões de produção científica estabelecidos por esse mesmo deslocamento.

Como modo de ilustração das ingerências que as políticas epistemológicas institucionais podem produzir no ambiente de produção do conhecimento, este artigo enfoca os aspectos avaliativos de cursos que têm, na interdisciplinaridade, seu objeto de estudo e seus arcabouços teórico-metodológicos.

Pensar os processos avaliativos pressupõe compreendê-los em uma dupla inserção. Uma que permite estabelecer paralelo e outra que viabiliza a manifestação de idiosincrasias. Poder-se-ia resumir essa dupla inserção em duas qualidades do processo avaliativo:

- a) Nivelador, para permitir certo grau de paralelismo entre os diferentes cursos das diversas grandes áreas;
- b) Específico, ao permitir que as peculiaridades das áreas se manifestem e sejam respeitadas.

Compreender os aspectos avaliativos permite começar a perceber as diferentes representações que os envolvidos em pesquisa possuem das diferentes áreas do conhecimento e a mostrar como essas distintas representações têm repercussão nos índices avaliativos e conseqüentemente na viabilidade de continuidade ou transformação dos processos de produção do conhecimento.

Para realizar este trabalho, pautamo-nos nos índices de avaliação disponibilizados no site da CAPES no decorrer do mês de maio de 2004 e na leitura de documentos elaborados por três comitês de área: Artes (Música e Teatro), Ciências da Saúde (Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Medicina I, Medicina II, Medicina III, Odontologia, Saúde Coletiva) e Multidisciplinar.

A leitura conjunta dos documentos elaborados por diferentes comitês de avaliação da CAPES permitiu perceber as peculiaridades de cada uma das áreas, na medida em que esses documentos evidenciam as peculiaridades de cada área, o que de algum modo permite inferir o grau de consolidação da identidade que as áreas de conhecimento apresentam no âmbito acadêmico e por via de consequência perceber as ingerências das políticas institucionais nas configurações interdisciplinares.

A prática da CAPES é que os respectivos comitês de avaliação produzam dois textos. Um deles, intitulado Documento de Área, no qual são explicitadas as características gerais que norteiam a concepção da Área e o segundo tipo, Critérios de Avaliação, em que cada área identifica e parametriza os critérios de avaliação a serem aplicados aos programas de pós-graduação classificados no Comitê de Avaliação.

A análise aqui apresentada tomou como ponto de partida esses documentos:

- a) Documento de Área e
- b) Critérios de Avaliação.

### ***Documentos de Área***

Dos Documentos de Área constatamos profundas diferenças entre os textos dos diferentes comitês de avaliação. A mais significativa, sem dúvida, foi verificada no Documento da Área Multidisciplinar que apresenta a discussão sobre o caráter da própria área. Nos demais não é discutido o caráter da área em si e a discussão se atém aos critérios de avaliação propriamente ditos. Na reflexão sobre o caráter do Comitê Multidisciplinar, chama a atenção, ainda, que a diretriz recomendada para análise das propostas e relatórios é a Interdisciplinar, e não a Multidisciplinar, como sugere o nome do Comitê, o que já aponta para dificuldades epistemológicas, e posteriores consequências, nesse âmbito de produção do conhecimento.

Sinteticamente, o exame do Documento de Área Multidisciplinar aponta como preocupantes e merecedores de reflexão os seguintes elementos, a seguir analisados:

- 1) o entendimento do significado de *Identidade* no âmbito da Interdisciplinaridade
- 2) a possibilidade de excesso de rigidez na avaliação da Área decorrente da pressuposição de uma possível condescendência em julgamentos anteriores
- 3) a busca de coerência na atribuição de pesos aos critérios de avaliação da área

Em primeiro lugar, o Documento de Área Multidisciplinar, recuperado da página da CAPES em maio de 2004, retoma o histórico do comitê, relatando que sua criação foi formalizada em função dos problemas de avaliação tanto na implantação quanto na continuidade dos cursos multidisciplinares oriundos das áreas tradicionais. O documento nos informa que a análise desses programas era feita por comissões *ad hoc*, e as avaliações subseqüentes eram realizadas "por outras comissões *ad hoc*, sem relação de continuidade". Mais adiante, lemos que "O Comitê, por causa dessas circunstâncias, herdou cursos com características muito diferentes quanto às concepções de multidisciplinaridade, estes cursos que haviam passado por avaliações com diferentes critérios, maior ou menor condescendência do julgamento e pouca ou nenhuma coerência nas avaliações subseqüentes."

Chama claramente a atenção nesses dois segmentos retirados do texto divulgado pela agência a afirmação sobre as incoerências das avaliações anteriores à criação do Comitê e a suposição de que teria havido "condescendência de julgamento" nas avaliações anteriores dos cursos dessa área.

O documento correlaciona o descompasso entre as avaliações como provável indicador para o

fato de o comitê ter herdado "cursos com características muito diferentes quanto às concepções de multidisciplinaridade", o que teria gerado a necessidade de "longas discussões para uma formulação de conceitos sobre multidisciplinaridade e interdisciplinaridade". A discussão sobre a essência do Comitê indica que o que para outras áreas já seria ponto pacífico, para esse grupo constitui-se problema central: a identidade.

A partir daí, algumas perguntas podem ser formuladas: como interpretar, então, os conceitos atribuídos aos cursos se há indefinições quanto à sua natureza, considerando o comentário, a nosso ver pouco fidedigno, de que poderia ter havido "condescendência de julgamento"? Quais os critérios que permitiriam concluir de que teria havido condescendência de julgamento? Por tais questionamentos, pode-se prever que as avaliações resultam em conceitos relativamente baixos, como tentativa de correção das supostas falhas progressas, como evidencia o gráfico apresentado no [Anexo 1](#).

Nossa análise prossegue com a leitura e subsequente reflexão sobre os itens que constam do documento *Critérios de Avaliação*.

### ***Critérios de Avaliação***

A análise comparativa do documento intitulado Critérios de Avaliação das diferentes áreas no período 2001/2003 permitiu perceber semelhanças e diferenças entre os itens a serem avaliados e as ponderações a eles atribuídas.

Tal documento é, na verdade, uma planilha que contém itens de avaliação, cuja presença e respectiva ponderação, refletem em dados numéricos as diretrizes gerais de qualidade contidas no Documento de Área. A planilha apresenta formatação semelhante para todas as áreas e se sub-divide em dois blocos de quesitos: o primeiro, **Perfil de Excelência** e o segundo, **Ponderação dos quesitos**, que são sete:

- I. Proposta do Programa
- II. Corpo Docente
- III. Atividade de pesquisa
- IV. Atividade de Formação
- V. Corpo Discente
- VI. Teses e Dissertações
- VII. Produção Intelectual

Esclareça-se ainda que cada quesito se sub-divide em itens aos quais, por sua vez, são atribuídos pesos que servem de base para a pontuação final dos programas de pós-graduação da Área.

**Perfil de Excelência** – item que encabeça a planilha de avaliação, somente está preenchido no documento da área de Artes/Música. Ressalte-se que, sendo o Perfil de Excelência o paradigma a ser perseguido pelos Programas de pós-graduação da área, e estando claramente descrito no início da planilha de pontuação, iluminaria as diretrizes que devem nortear a visão do avaliador, já que encabeça a folha de avaliação. Estranha-se que somente esteja preenchido em uma das três Áreas avaliadas.

Cada uma das áreas analisadas apresenta um tipo de ponderação, privilegiando ou tornando equitativos os pesos dos quesitos avaliativos, como se vê na tabela a seguir:

Quesitos	Pesos

	Artes	Enfermagem	Multidisciplinar
Proposta do Programa	xxx	xxx	xxx
Corpo Docente	16,67	20,00	10,00
Atividade de Pesquisa	16,67	10,00	20,00
Atividade de Formação	16,67	15,00	15,00
Corpo Discente	16,67	10,00	10,00
Teses e Dissertações	16,67	15,00	15,00
Produção Intelectual	16,67	30,00	30,00

**Tabela 1:** *Ponderação dos quesitos*

Note-se que para a área de Artes a ponderação entre os quesitos é uniforme; as duas outras evidenciam uma distribuição quantitativa reveladora de qualidade diferenciada entre os quesitos analisados, e principalmente mostram inversão na ponderação entre a categoria Corpo Docente e Atividade de Pesquisa, conforme a tabela a seguir:

Quesitos	Enfermagem	Multidisciplinar
<b>Corpo Docente</b>	<b>20,00</b>	<b>10,00</b>
<b>Atividade de Pesquisa</b>	<b>10,00</b>	<b>20,00</b>

**Tabela 2:** *Ponderação dos quesitos Enfermagem e Multidisciplinar*

Essa diferença de pontuação reflete a compreensão da área, visto que a característica da Interdisciplinaridade, conforme descrita no Documento de Área Multidisciplinar, deve ser evidenciada pela "convergência de duas ou mais áreas do conhecimento [...] que contribua para o avanço das fronteiras da ciência ou tecnologia através da transferência de métodos de uma área para outra e gerando novos conhecimentos ou novas disciplinas [...]". Nesse sentido, mais do que privilegiar o Corpo Docente, as avaliações devem cuidar do processo de produção de novos conhecimentos, que se evidenciam pelas atividades de pesquisa.

Cabe ainda ressaltar que a área de Enfermagem, inserida na grande área de Ciências da Saúde, fazendo parte de um conjunto com as áreas de Educação Física, Farmácia, Medicina I, Medicina II, Medicina III, Odontologia e Saúde Coletiva, divulga uma orientação complementar, na qual apresenta a definição de cada item, bem como as diretrizes para sua pontuação.

A título de exemplo podemos citar no quesito Proposta do Programa, as orientações previstas para o item *coerência e consistência da proposta do programa*. Esse comitê apresenta a definição do quesito e, conseqüentemente, o que é ali avaliado: **a)** base epistemológica e **b)** denominação do programa. Determina como critério avaliativo que se deve "verificar se mantém: coerência com a área básica explicitada de forma clara e objetiva; se é coerente com a tradição acadêmica e/ ou profissional da área básica de conhecimento". Em que pese algo de subjetividade na apreciação de "a coerência [...] explicitada de uma forma clara e objetiva",

pode-se perceber que há diretivas para o que deve ser avaliado e os critérios de qualidade de tal avaliação.

Essa distribuição de pontos, bem como os critérios que devem ser observados na avaliação de cada item, só foi encontrada na planilha avaliativa do Programa de Enfermagem. Isso nos permite imaginar que os avaliadores das demais áreas, ao empreenderem suas avaliações, não tenham um controle tão bem estruturado como os dessa área.

As ponderações apresentadas nos quesitos presentes no item **Proposta de Programa** mostra que há especificidades não só nas ponderações, mas na inclusão de diferentes itens, como se pode ver na tabela 3:

<b>Proposta de programa</b>	Itens
Arte/ Música Enfermagem Multidisciplinar	1. Coerência e consistência da Proposta do Programa
	2. Adequação e abrangência das Áreas de Concentração
	3. Adequação e abrangência das Linhas de Pesquisa
Multidisciplinar	4. Proporção de docentes, pesquisadores, discentes-autores e outros participantes
Multidisciplinar	5. Adequação às diretrizes que caracterizam a interdisciplinaridade
Arte/ Música	6. Infra-estrutrua e Financiamento
	7. Divulgação e comunicação interna e externa

**Tabela 3:** *Quesitos na Proposta de Programa*

Embora os quatro primeiros itens sejam comuns, há margem para que as especificidades se manifestem, como se pode ver, por exemplo, nas áreas Multidisciplinar e de Artes, que apresentam itens voltados para suas especificidades.

No quesito Corpo Docente, o espaço das especificidades evidencia-se na ponderação apresentada, com alguma diferença entre as áreas, e sobretudo pela presença/ ausência de um dos itens, como se vê abaixo:

Itens	Enfermagem	Artes	Multidisciplinar
Composição e atuação do CD, vínculo institucional e titulação	30,00	30,00	20,00
Dimensão do NRD6 relativamente ao corpo docente. Atuação do NRD6 no Programa	25,00	25,00	20,00
Abrangência, especialização do NRD6 relativamente às Áreas de Concentração e Linhas de Pesquisa. Qualificação do Corpo	25,00	20,00	30,00

Docente			
Intercâmbio ou renovação do Corpo Docente.Participação de outros docentes	10,00	15,00	10,00
<b>Atividades de Assessoria e Consultoria*</b>	<b>10,00</b>	<b>10,00</b>	
<b>Grau de Multidisciplinaridade do NRD**</b>			<b>20,00</b>

(\*) *esse quesito, embora a forma redacional não seja igual, está presente no Documento das Áreas de Enfermagem e Artes e ausente no da Multidisciplinar*

(\*\*) *Núcleo de Referência Docente, índice de enquadramento do docente do programa em seis categorias: 1, 2, 3, 4, 5 ou 6*

#### **Tabela 4:** *Ponderação do quesito Corpo Docente*

A área Multidisciplinar parece dedicar maior relevo à abrangência e especialização do NRD6 relacionando-as às Áreas de Concentração e Linhas de Pesquisa. Coerente, portanto, com o Documento de Área que aponta a produção de novos conhecimentos como a característica maior da área. Chama atenção, entretanto, que o quesito seguinte, **Atividade de Pesquisa**, pontue com a maior ponderação (30,00) um item exclusivo da área — caráter Interdisciplinar da pesquisa — em detrimento a outros itens comuns às outras duas áreas — 1) Adequação e abrangência dos Projetos e Linhas de Pesquisa em relação às Áreas de Concentração e 2) Vínculo entre Linhas e Projetos de Pesquisa, os mais fortemente pontuados no quesito. Inicialmente poderíamos considerar coerente que as áreas mais sedimentadas e melhor definidas pontuassem mais fortemente a relação entre a pesquisa desenvolvida e suas Áreas de Concentração e Linhas de Pesquisa. No entanto, o Documento da Área Multidisciplinar, conforme já salientado aqui, objetiva que os Programas dessa área fortaleçam a produção de novos conhecimentos e que essa construção ocorra por intermédio da pesquisa.

Essa observação é reforçada pela análise do quesito seguinte — **Atividade de Formação** — para o qual o maior índice de ponderação é dedicado ao item 1 do quesito — "Adequação e abrangência da Estrutura Curricular relativamente à Proposta do Programa e às suas Áreas de Concentração. Adequação e abrangência das disciplinas ministradas em relação às Linhas e Projetos de Pesquisa."

Ora, considerando que as atividades da Pós-Graduação, mais do que as da Graduação, ocorrem — ou seria esperado que assim fosse — em perfeita harmonia entre o ensino e a pesquisa, como não ponderar de modo semelhante a vinculação entre disciplinas a Áreas de Concentração e Linhas de Pesquisa e os projetos a elas vinculados. Como ponderar diferentemente, em nome de um caráter interdisciplinar, as atividades de pesquisa das disciplinas ministradas se ambas devem se mostrar adequadas e inseridas nas Áreas de Concentração e nas Linhas de Pesquisa do programa.

As Linhas de Pesquisa, longe de representarem uma "camisa de força" para a pesquisa interdisciplinar como a princípio poderia fazer supor, costumam ser o caminho norteador do fazer interdisciplinar e, nesse sentido, a adequação dos projetos às Linhas mereceria, em nossa concepção, receber ponderação semelhante à adequação das disciplinas. Por isso podemos afirmar que, ao contrário do que se possa imaginar, é no trabalho de conjugação entre os diversos conjuntos representacionais de cada campo de saber que reside a riqueza do trabalho interdisciplinar, por requerer esforço de direcionamento dos olhares para um mesmo objeto por intermédio de diferentes concepções teóricas e metodológicas.



Outro ponto a discutir é o item *Tempo médio de titulação* no quesito **Teses e dissertações**. Comparando-se as três áreas analisadas, a que apresenta maior ponderação a esse item é a Multidisciplinar (35,00) em oposição à Enfermagem (25,00) e a Artes/Música (30,00). Associado ao quesito seguinte **Corpo Docente**, tal ponderação merece reflexão. Vejamos:

As áreas apresentam quatro itens comuns e a área Multidisciplinar acrescenta um quinto — *número de novos alunos em relação ao número de inscritos*. Essa característica reflete uma diretriz já apontada no Documento de Área, qual seja a de que os cursos inseridos nesse Comitê devem responder por novas demandas porque refletiriam respostas a avanços científicos e tecnológicos das áreas. Nesse sentido, procurar mensurar a tendência da demanda é indicativo de que uma nova proposta está respondendo aos anseios de novos horizontes epistemológicos.

Além disso, é esperado que esses cursos formem profissionais com um novo perfil, diferente dos existentes. Ora, por tudo isso, parece ocorrer certa incongruência ao ponderar de modo distinto a inserção de alunos com vistas a uma formação nova e avaliar o tempo médio de titulação com mais rigor do que em outras áreas que partem de áreas disciplinares sedimentadas e com cursos de graduação já estabelecidos.

Por experiência, podemos afirmar que o perfil de nossos alunos é diversificado — e assim é esperado que seja — o que demanda mais esforço dos docentes e discentes envolvidos para realizar um certo grau de parametrização dos conceitos teórico-metodológicos. Esse esforço acaba repercutindo no tempo de titulação porque há um pouco mais de demora nessa harmonização. Assim, o excesso de rigor nesse item torna-se, para a área Multidisciplinar, particularmente cruel.

## Índices gerais

O interesse em estudar a área Multidisciplinar calca-se não só na inserção profissional das autoras deste artigo, mas no estranhamento causado pela distribuição dos conceitos atribuídos pela CAPES, o que para nós é indicativo do reflexo das políticas institucionais das configurações interdisciplinares.

Com base nos dados captados em maio de 2004 no site dessa agência na Internet, calcadas na informação de ter ocorrido a última atualização no dia 14 de abril de 2004, dos 2.854 cursos recomendados no Brasil (aqui considerada a totalidade dos cursos de Mestrado e Doutorado *Stricto Sensu* e não o conjunto dos Programas de Pós-Graduação), 131 sejam classificados em uma grande área denominada de Outros. Nessa grande área, 111 cursos são analisados no Comitê Multidisciplinar e os 20 restantes, na de Ensino.

Procurou-se traçar um perfil da Pós-Graduação a partir de alguns índices percentuais, considerando que tais índices podem ser ilustrativos do que apontamos sobre a percepção das diferentes representações que os envolvidos em pesquisa possuem das diferentes áreas do conhecimento. Iniciamos nossa análise observando o perfil de distribuição de cursos de mestrado e doutorado.

De modo geral, existe uma relação aproximada de pouco menos de dois (2) cursos de mestrado para cada curso de doutorado. As grandes áreas têm em torno de 63% de cursos de mestrado e 37% de doutorado. O que se pode perceber, entretanto, é que essa distribuição não é uniforme em todas as áreas porque em duas — Ciências Sociais Aplicadas e Multidisciplinar — a distribuição é diferente: na primeira existem 71% de cursos de mestrado e 29% de doutorado e na segunda, 76% de cursos de mestrado e 24% de doutorado. Esses percentuais mostram que na área Multidisciplinar, para cada curso de doutorado, existem 3,2 de mestrado, indicando

que existem poucos cursos de doutorado na área.

A distribuição de conceitos também não é uniforme. Em cada uma das grandes áreas existe uma razoável distribuição percentual de conceitos para os cursos de mestrado e doutorado, o que não ocorre, entretanto, na área Multidisciplinar, como se pode verificar nos Anexos [1](#) e [2](#).

Admitindo a presença mais forte de cursos de mestrado na área Multidisciplinar, procurou-se estabelecer um paralelo entre a distribuição de conceitos atribuídos aos cursos de mestrado das outras áreas com os atribuídos aos mestrados da área Multidisciplinar. Considerando somente os cursos de mestrado de todas as áreas, aqueles a que são atribuídos somente os conceitos 3, 4 e 5, a distribuição percentual é de 13%, 48 % e 39%, respectivamente. Esses dados nos mostram que há uma tendência de aprimoramento nos cursos que se reflete na atribuição do conceito, na medida em que a curva tende a ascender para os conceitos médio e mais elevado. Observando somente os cursos na sub-área Multidisciplinar, a distribuição encontrada é 12%, 73% e 15% para os conceitos 3, 4 e 5, respectivamente; e se observarmos a área Outros globalmente, percebemos uma curva ainda mais acentuada de 10%, 77% e 13%. Esses dados percentuais apontam para uma direção inversa. A tendência da curva é descendente, apresentando uma concentração de cursos no nível conceitual mediano.

Refletir sobre esses dados provoca estranhamento ao percebermos um perfil tão diferente entre as tendências das áreas. Tal estranhamento só foi perceptível a partir da análise comparativa entre documentos produzidos por três Comitês de Avaliação de áreas distintas e pela possibilidade de desenhar o cenário e mapear o universo da avaliação neste último triênio 2001-2003.

Essas constatações levam-nos a pensar em explicações teóricas que pudessem dar conta das diversas discrepâncias que se refletem na concepção das políticas institucionais de informação e de avaliação na produção do conhecimento, notadamente na configuração interdisciplinar. Pensamos que uma das justificativas teóricas para tais constatações se deva à diferença de representação dos elementos de identidade entre as diversas áreas do conhecimento que compõem os programas de natureza interdisciplinar.

### **Identidade e representação**

O conceito de representação implica, de algum modo, o princípio genérico da duplicação, na medida em que pressupõe a existência de algo na ausência desse algo. Essa relação entre o algo e seu simulacro embute quatro âmbitos de elementos, a saber: símbolo, ícone, índice e construção.

A compreensão desses elementos embasa-se no embate entre realismo e idealismo. Na ótica realista pode-se tomar o conteúdo informativo sob o ângulo da semelhança e, nesse caso, a representação será o espelho do representado. Na ótica idealista, o foco sai do objeto a ser representado e as operações de representação passam a ser calcadas na percepção. Nesse caso, a percepção é considerada um fato inerente à consciência do sujeito.

De qualquer modo, considerando a perspectiva realista ou idealista, o ato de representar está intrinsecamente ligado à linguagem, visto que "ser o duplo representativo de qualquer coisa é designar essa coisa" (GIL, 2000). Como afirma Woodward "[...] identidades adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas." (p.8).

Essa discussão nos leva a dialogar com Hall (1997) para quem a representação atua simbolicamente para classificar o mundo e as relações que estabelecemos no seu interior. Ao mesmo tempo, esse autor nos ajuda, ainda, a ver que no processo de classificação

aproximamos e afastamos o que podemos associar e o que não podemos fazê-lo dentro de um universo de possibilidades que se nos apresentam. Nesse sentido, ele nos afirma, então, que a construção da identidade é tanto simbólica quanto social.

Ora, é com base nas representações que estabelecemos nas tradições de pesquisa, que identificamos e, conseqüentemente, pontuamos de maneira mais efetiva os parâmetros que tradicionalmente vimos estabelecendo como modelares. É ainda com base nessas representações que estabelecemos as políticas institucionais sejam elas de fomento ou de prospecção. Desse modo, nas novas configurações pautadas na interdisciplinaridade, várias dessas acepções podem ser "classificadas" como diferentes e consideradas como impróprias, visto não estarem modeladas nas tradicionais disciplinas. Assim, uma pequena discussão sobre identidade e representação acarreta uma outra sobre o conceito de disciplina e seus correlatos.

A dificuldade de avaliação de configurações interdisciplinares não resultaria, exclusivamente porém, do fato de que em outros domínios das Ciências Sociais e Humanas ou ainda, das ciências ditas Naturais, uma região ontológica fixa se ancorasse num princípio identitário de uma comunidade de interlocução, facilitando tanto o reconhecimento como a legitimação. Os princípios de identificação não só sustentariam a legitimação institucional, social e gnoseológica de domínios uni-disciplinares, mas também e anteriormente resultariam da durabilidade e intensidade das trocas de uma experiência compartilhada, através da pesquisa, da formação e do controle corporativo de normas e modelos, o que permite a constituição e reconhecimento de uma "cultura epistêmica" (KNORR CETTINA, 1999) diferenciada. Em nossas práticas de pesquisa, estamos considerando a hipótese de que as configurações interdisciplinares se estabelecem em grande parte dos casos em torno de tema-problemas, o que gera uma grande diversidade de parâmetros epistêmicos de agregação e de figuras combinatórias de conhecimentos científicos.

Essa observação de algum modo contrasta com uma das observações constantes no Documento de Área Multidisciplinar, em que aponta a definição de interdisciplinaridade quando ocorre

*"convergência de duas ou mais áreas do conhecimento, não pertencentes à mesma classe, que contribua para o avanço das fronteiras da ciência ou tecnologia através da transferência de métodos de uma área para outra e gerando novos conhecimentos ou novas disciplinas, podendo fazer surgir um novo profissional com um perfil distinto dos já existentes e com uma formação de base sólida e integradora ao mesmo tempo".*

Não se encontra considerada no documento, porém, a possibilidade de objetos de pesquisa que requerem uma compreensão teórico-metodológica interdisciplinar, sem contudo objetivar a criação de uma nova disciplina.

Aqui, poderíamos retomar Hall quando afirma que se está "efetuando uma completa desconstrução das perspectivas identitárias em uma variedade de áreas disciplinares, todas as quais, de uma forma ou de outra, criticam a idéia de uma identidade integral, originária e unificada". (p.103). Compreender um objeto de pesquisa que requer entrelaçamento de conceitos e de metodologia é transpor barreiras disciplinares, sem contudo necessariamente objetivar a criação de uma nova disciplina.

### **Conclusões preliminares**

Se aceitamos que a informação se constitui ao menos em alguma de suas dimensões no cruzamento entre a linguagem e os processos de sua enunciação, codificação e inscrição, seria de interesse estabelecer aquelas relações que condicionam o juntar-separar conhecimentos, experiências, informações, que não dependem só de um ato de vontade ou competência de sujeitos individuais ou coletivos singulares, mas dos contextos sociais em que realizam suas práticas de informação. Informar, informar-se, comunicar/transmitir informações, enquanto ações sociais, poderiam analisar-se em três estratos principais: 1- Semântico, ou condicionado pelo uso da linguagem; 2- De regulamentação, ou condicionado pelas instituições; 3- Operacional, ou condicionado pelos meios e as tecnologias.

O **semântico**, seria polinômico, heterológico, constituído por ações polimórficas, conforme as múltiplas intersubjetividades e formas de vida que agenciam produções diferenciadas de sentido, programam ações coletivas e constituem comunidades e redes de interlocução.

O dispositivo **operacional e mediático** tende a desenvolver programações e aplicações e genéricas, "universais de fato" sustentados hoje em tendências monopólicas dos mercados.

O plano **institucional** estabeleceria as regras de jogo que dariam uma solução, parcial mas contextualizada da tensão e assimetria entre as condições de produção do plano semântico e operacional-mediático. Nesse sentido, o enquadramento da informação — por grades disciplinares, corporativas e de mercado — vai favorecer de fato um uso conservador da inovação tecnológica, o que induz a manter práticas tradicionais que levariam a aplicações reprodutivas das tecnologias.

Latour (2004) chama de políticas epistemológicas a distorção de teorias do conhecimento que visam à racionalização de políticas sem respeitar os procedimentos de coordenação próprias da ciência ou da política. Epistemologia política seria a análise da distribuição explícita de poder entre a ciência e a política no quadro de uma "constituição", ou regra geral de distribuição ontológica do poder que acaba por definir os procedimentos sejam tecnológicos sejam epistemológicos que passam a ser formalmente reconhecidos como exemplares.

Uma epistemologia política da informação colocaria de manifesto as premissas meta-discursivas que através do enquadramento das informações por atores privilegiados reforçam as práticas tradicionais e a reprodução da ordem estabelecida, represando as possibilidades de transformação e de apropriação heurística da informação.

Consideramos que este seria um dos caminhos que a abordagem da interdisciplinaridade nos abre para novos estudos críticos e heurísticos da informação.

Poderíamos dizer que os conhecimentos científicos não se constituem apenas – por habitus ou reflexão – de representações, classificações e julgamentos de valor harmonizados por princípios de identificação razoavelmente consolidados. À pluralidade e à diversidade de práticas e experiências do campo dos produtores agrega-se uma reiterada e previsível descontinuidade na definição e autorização de possíveis avaliadores. Nessas condições, as dificuldades *para estabelecer* relações de equivalência que embasem os julgamentos de excelência entre os critérios dos avaliadores e os dos avaliados terá como conseqüência indesejável a redução do investimento institucional - seja em investimentos simbólicos e avaliativos, seja em recursos tecnológicos e materiais – nessas novas configurações interdisciplinares, que, por tudo o que dissemos anteriormente, teriam chances de estar na frente da experimentação e inovação.

No que tange aos procedimentos avaliativos, reconhecemos que, de modo geral, a dinâmica de avaliação engendrada pela agência reguladora procura ser coerente com a proposta inovadora da área interdisciplinar, conforme apresentada no Documento de Área. Este, por sua vez,

procura retratar as características percebidas como comuns aos pesquisadores da área, o que lhes corresponderia a um certo grau de identidade. Essas duas vertentes apontam para uma dupla inserção avaliativa.

A característica de dupla inserção na avaliação embora positiva embute uma lógica que podemos denominar de nivelamento idiossincrático que, para uma área como a Multidisciplinar, congregando profissionais e práticas por vezes muito distintas entre si, pode permitir desvios nessa tentativa de nivelamento que merecem ser revistos para o bom desenvolvimento dos cursos de pós-graduação e da pesquisa no Brasil, como se pôde depreender da análise apresentada.

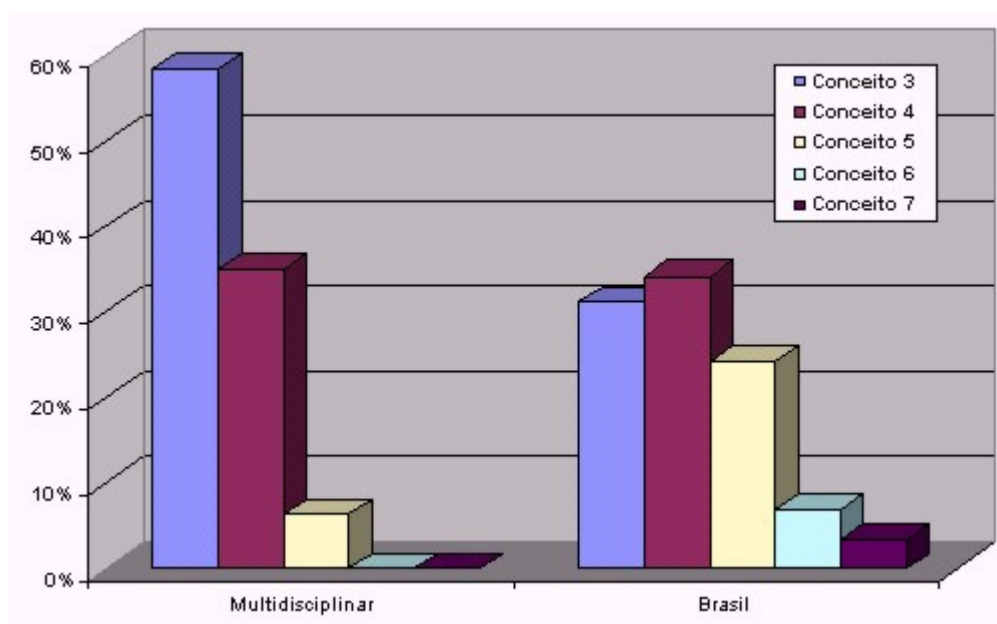
Como contribuição, acreditamos que, em primeiro lugar, deva haver uma revisão nos critérios norteadores da área Multidisciplinar, no sentido de clarear não só as características de identidade da área, mas sobretudo a percepção que os avaliadores dos cursos interdisciplinares constróem da área em que se inserem e avaliam, o que acabará por refletir políticas institucionais mais adequadas aos processos de produção de conhecimento.

Além disso, estabelecer regularmente um exame cruzado inter-grandes áreas e possivelmente intra-áreas, no intuito de perceber possíveis distorções nos resultados da avaliação dos cursos nelas inseridos.

Por fim, como resposta de adequação a práticas informacionais conformadas aos novos paradigmas, reavaliar a compatibilidade entre os critérios e os pesos nas áreas interdisciplinares, no intuito de que possamos objetivar avaliações cada vez mais justas e adequadas à qualidade dos cursos que oferecemos no Brasil.

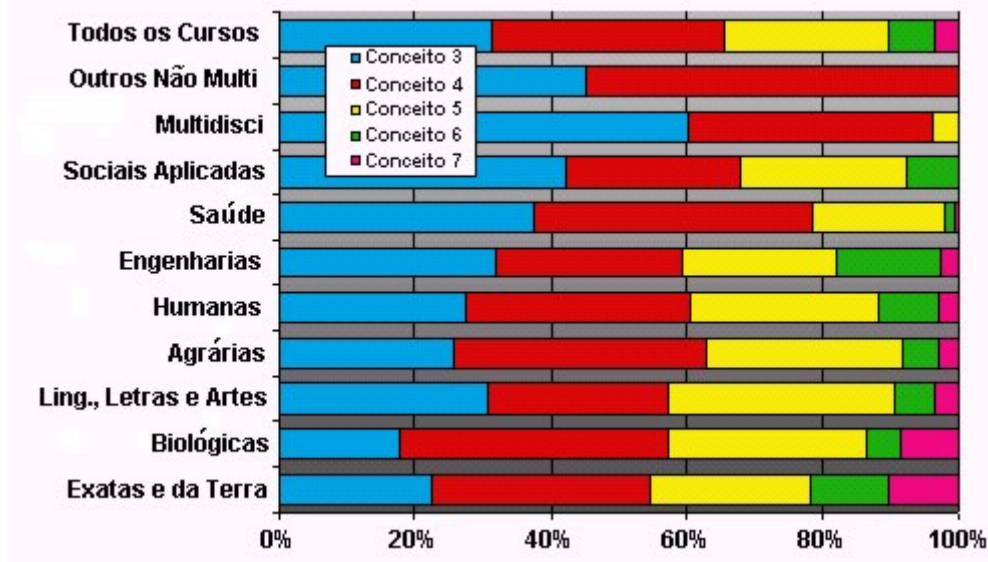
## Anexos

### ANEXO 1



**Quadro 1:** distribuição dos conceitos na Pós-Graduação

### ANEXO 2



**Quadro 2:** distribuição dos conceitos dos cursos por grande área

## Notas

[\*] Este artigo é fruto de dois outros que, em versões preliminares, foram apresentados no Congresso Luso-Brasileiro sobre Epistemologia e Interdisciplinaridade na Pós-Graduação, ocorrido em junho de 2004 em Porto Alegre.

[\*] Contribuição ao Projeto de pesquisa "VINCULAÇÕES: as novas formas de vinculação entre conhecimentos, discursos, sujeitos e seus efeitos na recuperação e busca de informação", desenvolvido com auxílio do CNPq. A pesquisa conta atualmente com a seguinte equipe: Maria Nélide González de Gómez (Coordenadora); Evelyn Dill Orrico (Pesquisadora Colaboradora); Marize Chicanel (Bolsista de Apoio Técnico); Talita Miranda de Castro (Bolsista de Iniciação Científica); Arlindo J. R. de Souza (Bolsista de Iniciação Científica).

[\*] Contribuição ao Projeto de pesquisa "Memória e Identidade: a construção discursivo-metafórica nas novas tecnologias da informação", desenvolvido com auxílio do CNPq. A pesquisa conta atualmente com a seguinte equipe: Evelyn Goyannes Dill Orrico (Coordenadora); Maria Nélide González de Gómez (Pesquisadora Colaboradora); Carmen Irene Oliveira (Pesquisadora Colaboradora); Priscilla Arigoni (Mestranda em Memória Social / Bolsista CAPES); Isa Cristina Lopes (Mestranda em Memória Social); Iara Vidal (Bolsista de Iniciação Científica); Priscila Cabral (Bolsista de Iniciação Científica).

[1] Como narrador desse momento temos recorrido já antes a Alvin Weinberg, físico nuclear, ideólogo da Big Science e de uma nova burocracia de gestão da Ciência pelas agências do Estado. A Big Science seria um novo modelo de organização da produção dos conhecimentos, em grandes programas de pesquisa "orientados por missão", os que para ser viabilizados requerem a participação de mais de um grupo e instituição de pesquisa, assim como a coordenação efetiva entre o governo federal, a universidade e o setor privado, interagindo de modo cooperativo. "Confiava-se assim que a Big Science, na qual desapareceriam as fronteiras entre as já velhas categorias de Ciência pura e Ciência aplicada, poderia resolver os dois grandes dilemas da sociedade, conforme Weinberg: a carência de suficientes recursos de energia e os crescentes desequilíbrio e complexidade entrem a capacidade humana de entendimento e a expansão desmedida e crescente de seu meio ambiente semântico, o "dilema informacional". (GONZALEZ DE GOMEZ, 2003)



## Referências Bibliográficas

GIL, Fernando. *Representar*. In: Enciclopédia Einaudi, Lisboa. Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2000. vol.41. Conhecimento

GONZALEZ DE GOMEZ, Maria Nelida. As relações entre ciência, Estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões da informação. **Ciência da Informação**. Brasília: , v.32, n.1, p.60 - 77, 2003.

HALL, Stuart. *Quem precisa da identidade*. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva aos Estudos Culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

KNORR CETINA, Karin. **Epistemic Culture. How the science make Knowledge**. Harvard University Press. Cambridge-London, 1999.LAKATOS & MUSGRAVE (Org.) **A crítica e o Desenvolvimento do conhecimento**. São Paulo, Cultrix: Ed.USP , 1979.

LATOUR, B. **Politics of Nature: How to Bring the Sciences into Democracy**. Cambridge, Harvard University Press, 2004.

U.S.PRESIDENT'S SCIENCE AND ADVISORY COMMITTEE, **Science, Government and Information: The Responsibilities of the Technical Community and the Government in the Transfer of Information**. Washington, D.C. Government Printing Office, 1963. 52 p. (The "Weinberg Report").

WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva aos Estudos Culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

## Sobre as autoras / About the Authors:

Maria Nélide González de Gómez  
[nelida@ibict.br](mailto:nelida@ibict.br)  
[maria.nelida.gomez@globo.com](mailto:maria.nelida.gomez@globo.com)

Pesquisadora Titular - IBICT: MCT.  
Professora da Pós Graduação em Ciência da Informação -UFF: IBICT.

Evelyn Goyannes Dill Orrico  
[evelynorrico@unirio.br](mailto:evelynorrico@unirio.br)

Professora Adjunta UNIRIO